

Glauca Wesselovicz
Janaina Cazini
(Organizadoras)

Diálogos sobre Inclusão



Atena
Editora
Ano 2019

Glaucia Wesselovicz
Janaina Cazini
(Organizadoras)

Diálogos sobre Inclusão

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof.^a Dr.^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof.^a Dr.^a Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof.^a Dr.^a Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.^a Dr.^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof.^a Dr.^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof.^a Dr.^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof.^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
D536	Diálogos sobre inclusão [recurso eletrônico] / Organizadoras Glauca Wesselovicz, Janaina Cazini. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Diálogos Sobre Inclusão; v. 1) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-362-0 DOI 10.22533/at.ed.620192805 1. Brasil – Condições sociais. 2. Desenvolvimento social. 3. Integração social. I. Wesselovicz, Glauca. II. Cazini, Janaina. III. Série. CDD 361.2
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná - Brasil

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2019

APRESENTAÇÃO

A obra “Diálogos sobre Inclusão” foi concebida para cumprir a função de apresentar conteúdos essencialmente informativos e formativos sobre Inclusão Social e Profissional, direcionado àqueles que precisam compreender as bases – históricas, conceituais, organizacionais e legais dos Direitos Humanos. O volume I apresenta 26 capítulos que abordam os vetores da promoção humana como: Família, Sociedade e Tecnologias.

“Incluir socialmente é dar e garantir condições para que uma pessoa possa, de maneira livre e independente, ter o mesmo acesso que outras aos serviços e benefícios da vida em sociedade. Mas não basta pensar a inclusão social apenas sob a ótica das necessidades e simplesmente criar mecanismos ou facilidades compensatórias aos excluídos. É preciso ir além, mais que uma reforma, é preciso uma revolução no modo como enxergamos o excluído, que não deve ser objeto de pena ou dó e sim de respeito e consideração como ser humano e cidadão que é” (ALMEIDA, 2016)

A Declaração Universal dos Direitos humanos - marco histórico - inspirou as nações para o envolvimento em prol dos movimentos sociais de enfrentamento da discriminação e exclusão social de minorias, tornando-se referência para o desenvolvimento de Pactos e Convenções norteadoras da promoção humana no mundo.

Contudo, nós acreditamos, que esta coletânea irá inspirar e encorajar, Profissionais, Educadores e sociedade em geral a refletir sobre todas as possibilidades que o seu meio social, núcleo familiar e atitudes individuais podem minimizar as desigualdades e promover o desenvolvimento social igualitário.

Glaucia Wesselovicz
Janaína Cazini

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL	
Ernny Coêlho Rêgo Marinina Gruska Benevides	
DOI 10.22533/at.ed.6201928051	
CAPÍTULO 2	12
ANALISANDO A PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO HETERONORMATIVA DA MASCULINIDADE	
Arthur Furtado Bogéa Iran de Maria Leitão Nunes	
DOI 10.22533/at.ed.6201928052	
CAPÍTULO 3	23
O DIREITO À DISCUSSÃO DE TEMÁTICAS PERTINENTES À ESFERA SOCIAL E À PRODUÇÃO DO TEXTO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO: UM PROCESSO DE LETRAMENTO ESCOLAR E PRODUÇÃO TEXTUAL NA EJA	
Ferdiramar Farias Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.6201928053	
CAPÍTULO 4	33
O SILÊNCIO: SUTIL LEGITIMIDADE DA VIOLÊNCIA SOBRE A EXISTÊNCIA LÉSBICA	
Mariluce Vieira Chaves	
DOI 10.22533/at.ed.6201928054	
CAPÍTULO 5	44
ALFABETIZAÇÃO E INCLUSÃO: O DIREITO DE APRENDER	
Osiolany da Silva Cavalcanti Gloria Maria de Sousa Leitão Melo	
DOI 10.22533/at.ed.6201928055	
CAPÍTULO 6	52
PERSPECTIVAS E DESAFIOS DO PROCESSO ENSINO/APRENDIZAGEM EM EJA: UM OLHAR SOBRE O QUE DIZEM OS SUJEITOS DA EJA NO MUNICÍPIO DE SOLEDADE-PB	
Edivânia Paula Gomes de Freitas Leandra da Silva Santos Maria José Guerra Meiryllianne Suzy Cruz de Azevedo	
DOI 10.22533/at.ed.6201928056	
CAPÍTULO 7	65
PROGRAMA DE ATENÇÃO E ORIENTAÇÃO AO ALUNO (PROATO): UM OLHAR HUMANIZADO AO ALUNO DO ENSINO SUPERIOR	
Analice Oliveira Fragoso Sheila Carla de Souza Rinaldo Molina	
DOI 10.22533/at.ed.6201928057	

CAPÍTULO 8	73
MULHERES QUE SE DESTACARAM NA HISTÓRIA DA MATEMÁTICA	
Jane Cleide de Almeida Cordeiro	
Kátia Maria de Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.6201928058	
CAPÍTULO 9	88
ACESSIBILIDADE ATRAVÉS DA ADAPTAÇÃO DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS AOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA URCA	
Francisca Raquel Miguel de Sousa	
Francisca Nailene Soares Vieira	
Martha Milene Fontenelle Carvalho	
David Soares Vieira	
Rosane Santos Gueudeville	
Isac Vieira Leite	
DOI 10.22533/at.ed.6201928059	
CAPÍTULO 10	97
APLICAÇÃO MÓVEL COLABORATIVA PARA DISSEMINAÇÃO DE SINAIS E INTEGRAÇÃO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	
Erika Patrícia Martins Ferreira	
Crysthian Fhylype Ribeiro Marinho	
Eveline de Jesus Viana Sá	
DOI 10.22533/at.ed.62019280510	
CAPÍTULO 11	104
A (RE) CONSTRUÇÃO DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS PARA O ENSINO DE LIBRAS/L1 NA EDUCAÇÃO DE SURDOS: RELATO DE EXPERIÊNCIA	
Ana Letícia de Almeida Cordeiro	
Josinete Pessoa Nunes	
Niédja Maria Ferreira de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.62019280511	
CAPÍTULO 12	115
INCLUSÃO DIGITAL - INFORMÁTICA PARA A 3ª IDADE	
Bruna Cristina de Albuquerque Sebold	
Felipe Souza Davies	
Marcelo Nepomoceno Kapp	
DOI 10.22533/at.ed.62019280512	
CAPÍTULO 13	122
JOGOS COOPERATIVOS DE INCLUSÃO BILÍNGUE: ESTRATÉGIAS DE ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL NA ESCOLA DE ENSINO REGULAR PARA ALUNOS COM SURDEZ	
Maria de Lourdes Leite Paiva	
Robéria Vieira Barreto Gomes	
Querem Hapuque Monteiro Alves Muniz	
Raquel Araújo Pompeu	
DOI 10.22533/at.ed.62019280513	

CAPÍTULO 14 133

NUSOEP: NÚMEROS, SÍMBOLOS, OPERAÇÕES E EQUAÇÃO DO PRIMEIRO GRAU. UM KIT EVOLUTIVO PARA DE MATEMÁTICA PARA DEFICIENTES VISUAIS

Kíssia Carvalho
Rodiney Marcelo Braga dos Santos
Marcos Antônio Petrucci de Assis
José Nunes Aquino
Luciene do Carmo Santos

DOI 10.22533/at.ed.62019280514

CAPÍTULO 15 144

O USO DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS PARA O ENSINO DE ALUNOS SURDOS

Bruna Ismaela Cunha Silva
Thayse Lopes dos Santos
Niédja Maria Ferreira Lima
Conceição de Maria Costa Saúde

DOI 10.22533/at.ed.62019280515

CAPÍTULO 16 152

PROJEÇÃO CILÍNDRICA ORTOGONAL: UMA APRENDIZAGEM EM UM AMBIENTE VIRTUAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA SURDOS

Natana Souza da Rosa
Vania R. Ulbricht

DOI 10.22533/at.ed.62019280516

CAPÍTULO 17 168

QUEM GANHOU O JOGO? ANÁLISE DE UM LIVRO INFANTIL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO

Andréa Paula Monteiro de Lima
Dayse Bivar da Silva
José Mawison Cândido de Lima

DOI 10.22533/at.ed.62019280517

CAPÍTULO 18 180

TECNOLOGIA ASSISTIVA DE BAIXO CUSTO COMO COLABORAÇÃO NA ALFABETIZAÇÃO DE ALUNOS COM BAIXA VISÃO

Maria de Lourdes Leite Paiva
Francisca Janaína Dantas Galvão Ozório
Raquel Araújo Pompeu
Robéria Vieira Barreto Gomes
Maria José Barbosa

DOI 10.22533/at.ed.62019280518

CAPÍTULO 19 191

A CONTRIBUIÇÃO DA FAMÍLIA NO DESVELAR DA CRIANÇA COM DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NA PROMOÇÃO E FAVORECIMENTO DE PRÁTICAS SOCIAIS E AMBIENTAIS

Dilma Costa Nogueira Dias
Mônica de Nazaré Carvalho
Daniel Sulyvan Santana Dias
Anderson Costa Nogueira

DOI 10.22533/at.ed.62019280519

CAPÍTULO 20	198
EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM DESAFIO PARA FAMÍLIA, ESCOLA E EDUCADORES	
Miriam Paulo da Silva Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.62019280520	
CAPÍTULO 21	209
FAMÍLIA E ESCOLA: DESAFIOS À PARTICIPAÇÃO, INCLUSÃO E ACOMPANHAMENTO DA APRENDIZAGEM	
Osicleide de Lima Bezerra	
Geraldo Alexandre de Oliveira Gomes	
Ana Paula Taigy do Amaral	
DOI 10.22533/at.ed.62019280521	
CAPÍTULO 22	221
O PROCESSO DE INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NUMA PERSPECTIVA AFETIVA	
Marciel Carlos de Sousa	
Francisco Roberto Diniz Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.62019280522	
CAPÍTULO 23	232
O PROCESSO DE INTERVENÇÃO NO ÂMBITO DO AEE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA COM FOCO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	
Acreciana de Sousa Melo	
Fernanda Maria da Silva Cardeal	
Francisca Nailene Soares Vieira	
Martha Milene Fontenelle Carvalho	
Rosani de Lima Domiciano	
Sâmia Maria Lima dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.62019280523	
CAPÍTULO 24	241
PERFIL EDUCACIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ADICTOS ASSISTIDOS PELA SAÚDE MENTAL NA PARAÍBA, BRASIL	
Angélica Vanessa de Andrade Araújo Lira	
Évelyn Morgana de Mélo Alves	
Rayssa Pereira de Souza	
Clésia Oliveira Pachú	
DOI 10.22533/at.ed.620192805224	
CAPÍTULO 25	251
REDE DE APOIO A INCLUSÃO ESCOLAR: O QUE DIZEM AS MÃES DE DUAS CRIANÇAS AUTISTAS	
Camila Pimentel Machado Gonçalves	
Suelene Regina Donola Mendonça	
DOI 10.22533/at.ed.620192805225	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	266

O DIREITO À DISCUSSÃO DE TEMÁTICAS PERTINENTES À ESFERA SOCIAL E À PRODUÇÃO DO TEXTO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO: UM PROCESSO DE LETRAMENTO ESCOLAR E PRODUÇÃO TEXTUAL NA EJA

Ferdiramar Farias Freitas

Universidade Estadual da Paraíba

Campina Grande – PB

RESUMO: O ensino de Língua Portuguesa na Educação de Jovens e Adultos requer atenção e cuidados particulares, no tocante aos processos de leitura e escrita, enquanto práticas sociais que promovam a inserção não marginalizada desse estudante nos múltiplos contextos da sociedade contemporânea, o que vai estabelecer um reconhecimento de si e do outro enquanto sujeitos de uma interação social. Partindo dessa premissa, defende-se que a EJA seja concebida para além de estereótipos que a ela foram atribuídos ao longo de sua história, como a subordinação do processo pedagógico às limitações dos alunos, conforme Klein (2003), e o equívoco do “assujeitamento” de temáticas às realidades desses estudantes, o que configura trabalhos de interpretação e discussão de temas do senso comum. Pensando diferentemente dessas concepções equivocadas e acreditando que só através da educação é que se constrói uma sociedade digna de todos, é que desenvolveu-se uma prática pedagógica de leitura e produção textual com o objetivo de promover a construção do leitor crítico mediante à discussão e à apropriação de contextos sociais, na estruturação de textos

dissertativos-argumentativos na variação formal da língua para um letramento escolar que vai ao encontro do social, em um constante processo de interação e reflexão sócio-cultural, o que ressignifica os papéis históricos desses sujeitos.

PALAVRAS-CHAVE: Leitura e escrita, texto dissertativo-argumentativo, letramento escolar, leitor crítico, EJA.

ABSTRACT: The teaching of Portuguese Language in the Education of Young and Adult requires special attention and care in the processes of reading and writing, as social practices that promote the non - marginalized insertion of this student in the multiple contexts of contemporary society, which will establish a recognition of themselves and the other as subjects of social interaction. Based on this premise, it is argued that the EJA is conceived in addition to the stereotypes attributed to it throughout its history, such as the subordination of the pedagogical process to the limitations of students, according to Klein (2003), and the misunderstanding of “Of themes to the realities of these students, which configures works of interpretation and discussion of themes of common sense. Thinking differently from these misconceptions and believing that it is only through education that a society worthy of all is built, is that a pedagogical practice of reading

and textual production was developed with the objective of promoting the construction of the critical reader through the discussion and appropriation of social contexts, in the structuring of argumentative-essay texts in the formal variation of the language for a school literacy that meets the social, in a constant process of socio-cultural interaction and reflection, which re-signifies the historical roles of these subjects.

KEYWORDS: Reading and writing, argumentative-essay text, school literacy, critical reader, EJA.

1 | INTRODUÇÃO

O ensino de Língua Portuguesa na Educação de Jovens e Adultos requer atenção e cuidados particulares, no tocante aos processos de leitura e escrita, enquanto práticas sociais que promovam a inserção não marginalizada desse estudante nos múltiplos contextos da sociedade contemporânea, o que vai estabelecer um reconhecimento de si e do outro enquanto sujeitos de uma interação social. Pensar no ensino de língua nessa modalidade de ensino é considerar como base de reflexão e planejamento de ações pedagógicas os diversos contextos históricos-sociais e culturais em que esses jovens e adultos estão inseridos e que são nesses contextos que se constituem enquanto sujeitos de sua própria história, mas que deles têm que ascender para outros contextos de reconfiguração social, buscando um crescimento pessoal e profissional.

Partindo dessa premissa, defende-se que a EJA seja concebida para além de estereótipos que a ela foram atribuídos ao longo de sua história, como a subordinação do processo pedagógico às limitações dos alunos, como bem afirma Klein (2003), reduzindo o tempo pedagógico e, principalmente, os conteúdos, com a pretexto de adequá-los às reais condições do aluno, o que leva a uma extrapolação dos limites cabíveis para a realização de transposições didáticas, gerando um barateamento de informações, que, muitas vezes, não atendem às configurações científicas estabelecidas pelo próprio conteúdo. Isso contribui para a continuação de uma escolarização que de fato não acontece, pois as práticas pedagógicas não estabelecem avanços cognitivos e sociais, apenas mantêm, praticamente, os estudantes no mesmo estado de compreensão do mundo que o cercam sem promover a ascensão social.

Klein (2003), afirma que outro equívoco que deve ser superado socialmente, é o “assujeitamento” de temáticas às realidades desses estudantes, o que configura, no espaço de sala de aula, trabalhos de interpretação e discussão de temas do senso comum, o que não possibilita o desenvolvimento da criticidade, nem tampouco o insere em outros contextos sociais de ressignificação social, por justamente permanecer no mesmo nível de compreensão social em que estão submersos. As práticas pedagógicas da EJA precisam ser construídas a partir do distanciamento dessas falácias sociais, que apenas “atrofiam” o “andamento” pedagógico do professor e em nada ou quase nada contribuem para uma educação escolar desses estudantes, por deixá-los nas

mesmas condições de ostracismo social.

Pensando diferentemente dessas concepções equivocadas e acreditando que só através da educação é que se constrói uma sociedade digna de todos, como bem afirma Paulo Freire “Educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo.”, é que desenvolveu-se uma prática pedagógica de leitura e produção textual alinhada em práticas de leitura de temáticas pertinentes à esfera social, como “O conceito de família no século XXI”, “A homofobia no contexto social brasileiro.”, “Os direitos humanos na escola pública.”, entre outros, e de produção do texto dissertativo-argumentativo, como materialização dessas discussões no registro escrito formal da língua, como ponto de partida para um letramento escolar que vai ao encontro do social, em um constante processo de interação e reflexão sócio-cultural, o que ressignifica os papéis históricos desses estudantes. Kleiman (1995) traz a contribuição de letramento como sendo práticas de leitura e escrita plurais, sociais e culturais, o que reconfigura o papel do ensino de língua materna nessa modalidade de ensino, passando a ser forjado em contextos múltiplos de produção de sentidos.

As concepções de língua enquanto prática social são trazidas para esses trabalhos a partir das contribuições de Bakhtin (1996), o que conduz os trabalhos com a linguagem a partir de processos de interação, onde o “outro” social é considerado nessas relações para a estruturação da comunicação do texto oral e escrito, com o objetivo de promover a construção do leitor crítico mediante à discussão e à apropriação de contextos sociais, na estruturação de textos dissertativos-argumentativos na variação formal da língua.

A escolha desse texto como espaço de materialização das discussões e posicionamentos dos sujeitos da EJA foi justamente por possibilitar uma maior configuração da criticidade de quem o escreve, e, também, por ser esse texto que dá acesso a outros níveis de escolarização, pensando que a modalidade de EJA pode e deve ser uma travessia desse sujeito para outras modalidades de ensino e/ou cursos que exigem a produção desse texto como requisito na seleção, como também, é o texto solicitado, na grande maioria, em seleções de emprego, espaço social muito almejado pelo estudante da EJA, visando uma recolocação profissional.

Esse trabalho ainda objetivou proporcionar uma apropriação de mecanismos linguísticos e textuais para um efetivo uso da escrita formal, diante de práticas sociais que requerem um posicionamento instrumentalizado de saberes da língua, por parte do estudante enquanto falante e sujeito ideológico-social, compreendendo a linguagem como diz Bakhtin (1996) essencialmente ideológica. Essa prática estabelece o surgimento de novas visões e concepções diante dos mais variados contextos sociais.

2 | METODOLOGIA

Os trabalhos com a leitura e a escrita requerem, em particular a escrita,

embasamento teórico acerca de concepções que estruturam o texto através de marcas textuais que o configurem como tal. Partindo dessa concepção, esse trabalho teve como base as contribuições de gênero discursivo, de Bakhtin (2011), no tocante a conteúdo temático, construção composicional e estilo, concepções consideradas para o texto dissertativo-argumentativo. Ao tempo que decidiu-se por estabelecer uma sequência didática para essas práticas de leitura, especificamente, para a produção textual, tendo como base teórica as contribuições de Dolz; Noverraz; Schneuwly (2004) para a construção de uma sequência com produção inicial, módulo 1, módulo 2, módulo 3 e produção final.

Inicialmente, foi feita uma apresentação da situação de comunicação, efetivando um diálogo sobre as necessidades de construir práticas de leitura e escrita que atendessem às necessidades da sociedade atual, no que se refere ao ingresso no mercado de trabalho e no ensino superior, em um processo de recolocação social do sujeito.

Ainda nesse contexto de conversa destacou-se que os conteúdos ali vivenciados bem como as práticas de leitura e escrita precisavam ser ressignificados para tirá-los do senso comum e estabelecer realmente um processo de letramento escolar, nesse momento foi dito que isso se daria mediante ao aprendizado de conteúdos e apropriação de assuntos que não fazia parte diretamente dos diálogos deles no cotidiano, mas que o afetavam alguns direta e a outros indiretamente, e da escrita de textos que fossem realmente exigidos socialmente para o ingresso em determinadas funções na sociedade, nesse ponto da conversa mostrou-lhes que dominar certas competências de escrita é fundamental para um novo olhar diante da sociedade na busca de melhores funções de trabalho.

Ao longo da conversa um aluno questionou “que redação é essa pra entrar num emprego e na faculdade” (sic), foi aí que o texto foi apresentado, o texto dissertativo-argumentativo. Na ocasião foram dadas cópias à turma de uma produção textual que recebeu nota máxima no Enem 2017, (anexo I), com o tema “Desafios para a formação educacional de surdos”, mostrando que o conteúdo temático era uma questão polêmica e que todos deveriam refletir sobre isso, pois na própria turma, em outro período, 2ª série do ensino médio EJA já havia tido a presença de um estudante surdo que necessitava de acompanhamento especializado para se estabelecer uma interação entre alunos e professor, no momento desse trabalho a turma cursava a 3ª série. Depois disso, foi realizada uma leitura do texto em questão pelo professor mediador com intervenções para explicações acerca de termos e a própria interpretação de parágrafos ao longo da leitura.

Na sequência, foi solicitada a formação de pequenos grupos de 3, 4 alunos para uma outra leitura do mesmo texto, agora discutindo entre eles para um posterior momento de socialização dos entendimentos construídos. Durante a socialização percebeu-se em alguns estudantes certo interesse em discutir sobre o tema abordado. Isso foi importante para outras tessituras que foram construídas a respeito do conteúdo

temático, pois percebia-se nesse momento pontos de construção de um letramento escolar que iria ressignificar o social. Após esse processo dialético, pediu-se que cada um lesse o texto mais uma vez em casa para uma melhor apropriação da temática bem como lesse outros textos a respeito para ampliar o conhecimento sobre essa questão. E que na aula seguinte seria dada continuidade a uma sequência que duraria em torno de 5 aulas.

Em uma aula seguinte, deu-se continuidade aos trabalhos com uma explanação sobre a construção composicional do texto dissertativo-argumentativo, cada estudante com sua cópia e o professor mediador pediu que fossem anotando tudo que julgassem necessário, pois isso os ajudaria na produção seguinte. Ao tempo foram estabelecidas explicações acerca de teses e dos argumentos de sustentação ao longo de todo o desenvolvimento do texto, bem como de orientações sobre a apresentação do tema no primeiro parágrafo seguindo de uma tese, os argumentos de sustentação nos parágrafos seguintes e a proposta de intervenção no parágrafo final. E, também, foi dada ênfase ao estilo que cada texto traz como marca de seu autor/interlocutor.

Após esse momento, foram selecionados temas pertinentes como “O conceito de família no século XXI”, “A homofobia no contexto social brasileiro.”, “Os direitos humanos na escola pública.”, entre outros, para pesquisa na internet, estabelecendo com esse suporte fins pedagógicos de letramento escolar e social, além dos textos levados pelo professor mediador para sala de aula, para leitura e discussão, pois um desses temas seria utilizado para a produção do texto dissertativo-argumentativo.

Produção Inicial – a partir do tema “O conceito de família no século XXI”, os estudantes produziram os textos que serviram de análise e discussão posterior. Na ocasião, antes de iniciar a produção de fato, foram lidos os textos motivadores e foram feitas orientações acerca de não utilizar informações já contidas nos textos motivadores, de organizar o texto na composição de apresentação do tema, argumentos de sustentação da tese e da proposta de intervenção e de que cada um deixasse seu estilo ao longo do estabelecimento de marcas textuais. Durante a produção, vários alunos vinham até o professor mediador para tirarem dúvidas sobre a escrita de tal palavra, se as informações contidas em tal parágrafo estava bom, entre outros questionamentos.

Módulo 1 – Análise da estruturação e dos aspectos discursivos do texto.

Nesse primeiro módulo, foram realizadas leituras dos textos, individualmente, pelo professor mediador, e depois com o estudante-autor-interlocutor, estabelecendo um acompanhamento sistemático de pontos que conferiam à estrutura do texto e à discursividade. Nesse momento, percebeu-se que em grande maioria havia ausência de relação entre a tese e seus argumentos de sustentação, ficando evidente parágrafos apenas para informar, sem a devida coerência no aspecto discursivo. Diante desse fato, decidiu-se trazer outros textos dissertativos-argumentativos para enfatizar essa relação de sentidos que organizam a discursividade textual, em um processo de

leituras, explicações e discussões.

Módulo 2 – Análise dos aspectos linguísticos e discursivos.

Nesse momento, foram analisados aspectos da organização de parágrafos, do períodos, do emprego formal da concordância, regência, pontuação e acentuação. Isso a partir de leituras interativas entre professor-estudante em um atendimento individual. Logo após esse atendimento, foram distribuídos os textos para os estudantes sem a identificação aleatoriamente, com o intuito de realizar explicações gerais que viessem a contribuir para o grande grupo. Também se falou da questão do plágio, pois se percebeu alguns usos dessa natureza. Depois dessas contribuições, foi estabelecido o acordo de que no próximo encontro seria feita a reescrita textual, e que antes deste momento eles deveriam fazer mais leituras sobre o conteúdo, pois isso os ajudaria a ter mais segurança na reorganização das enunciações.

Módulo 3 – A reescrita textual

Nessa etapa de produção textual, instaurou-se um momento de muita produtividade, pois os estudantes percebiam os equívocos cometidos na produção inicial e que buscavam na reescrita corrigi-los, sempre estabelecendo uma interação com professor mediador a respeito dessas percepções. Também, foram construídas interações entre os próprios estudantes, quando iam se comunicando de como deveria ficar tal parágrafo de tese e/ou argumento, ou outro ponto pertinente ao texto.

A produção final - apresentação dos textos produzidos e análises, a partir de discussões no processo de interação.

A partir da produção final, pôde-se perceber um avanço nas produções textuais de um número real de estudantes, pois detectou-se uma organização de parágrafos bem mais estruturada, de uma melhor clareza no uso da norma formal da língua e de uma construção melhor das relações entre a tese e os argumentos de sustentação, ponto, possivelmente, mais crítico nas produções iniciais.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

O trabalho contribuiu para a construção de um sujeito mais consciente, enquanto falante da língua, no tocante às práticas de leitura e escrita, no contínuo processo de letramento escolar e social. Como resultado obteve-se textos produzidos com mais clareza e perspicácia no conteúdo temático, informações mais bem postas, com mais coerência. Na construção composicional, observou-se uma melhor articulação das teses e dos argumentos de sustentação, o que demonstra certa apropriação do texto dissertativo-argumentativo, indo ao encontro do que afirma Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004), quando afirmam que o principal objetivo em desenvolver um trabalho escrito através de uma sequência didática é a apropriação do gênero, no caso

do texto dissertativo-argumentativo. Isso confirma que o trabalho foi eficaz em suas pretensões.

Análise do *Corpus* do estudante Daniel – 3ª série do ensino médio da EJA

Há muito tempo as famílias consideradas são aquelas que envolvem um homem, uma mulher e uma criança a partir do momento em que essa união seja feita por dois homens ou duas mulheres e uma criança ao ver de outras pessoas não são consideradas uma família. O conceito da família tem mudado muito ultimamente, pois hoje em dia o que mais vemos e casais homossexuais construindo uma família e dando amor e cuidado para seus filhos. De acordo com os dados 48, 9% das famílias possuem união tradicionais, enquanto o restante se encaixa em padrões diferentes.

É possível compreender que as novas instituições familiares também são válidas e que não importa como ela seja formada, seja por pai e mães solteiros. Para isso são essenciais campanhas com incentivo governamentais, acompanhadas de pesquisa que envolvem as novas famílias e comprovem sua eficiência e validade, afinal toda forma de amor familiar seja ela como for é válida.

Como uma possível solução, cabe ao governo aumentar as penas ligadas à discriminação especificamente, de gênero uma boa solução para ajudar a transpor esses conceitos.

O *corpus* em análise mostra que houve uma apropriação, por parte do estudante, do conteúdo temático, pois fica claro ao longo do texto o desenvolvimento do respeito aos direitos humanos referentes à temática de produção. Quanto à construção composicional é visto, também, que houve uma apropriação da estrutura, o texto está desenvolvido mediante apresentação do tema, desenvolvimento de argumentos de sustentação da tese, ao trazer para a discussão o conceito de família tradicional, sendo e aquela tida como não tradicional, mas que é família e precisa ser considerada como tal. A proposta de intervenção é posta a partir de campanhas governamentais tidas como incentivo a partir de pesquisa que comprovem a eficácia dessas novas famílias, também traz a proposta de aumento das penas para quem discriminar. A relação dos argumentos de sustentação da tese é estabelecida, um dos fatores que confirma isso é o percentual de 48,9% das famílias serem tidas como tradicionais e a maioria não, daí ser essenciais campanhas e leis mais firmes. O que abre um parêntese para um questionamento plausível é a veracidade desse percentual, já que não há fonte nem ano de realização de pesquisa. Mas a relação estabelecida desse argumento para a sustentação da tese é real e considerável. Um ponto que não foi marcado no texto foi a paragrafação, apenas no início e no fim, no entanto houve uma marcação por meio do uso de ponto final para encerrar dadas informações e iniciar outras, o que mostra certa compreensão. Quanto ao estilo, percebe-se o uso de palavras que demonstram um letramento escolar a partir da ampliação do vocabulário, como eficiência, validade e transpor. É percebido também alguns equívocos de uso da norma padrão, como a grafia e a concordância em “incentivo governamentais”, acentuação em “tambem”, “válida” e em “famílias”, este, possivelmente, por esquecimento e/ou pressa, já que em

outros momentos o acentos foi empregado adequadamente.

4 | CONCLUSÕES

O trabalho instaurou, no espaço de sala de aula da EJA, uma prática de letramento escolar e social reais, a partir de textos que abordaram temáticas que saíram do senso comum, o que proporcionou uma maior reflexão por parte dos estudantes, estabelecendo discussões que recolocaram o sujeito na esfera social com mais criticidade, a partir dos diversos contextos ideológicos e sociais que foram configurados em meio aos processos de interação.

Essa prática ressignificou o sujeito enquanto ser histórico, social e cultural, por justamente promover um (re) pensar o seu papel diante da sociedade e das oportunidades que a ele são ofertadas e, por ausência de instrumentalização adequada, no que se refere a competências de leitura e escrita, são deixadas de lado.

A metodologia do ensino da língua materna no que se refere às práticas de leitura e escrita através das sequências didáticas estabelece processos de interação que contribuem de forma decisiva para apreensão de concepções que concebem o texto como objeto de estudo e uso da língua, o que mostra que esse mesmo texto precisa ser constantemente visitado e reorganizado para uma efetiva inserção social do sujeito que faça uso dele.

O ensino da língua a partir dos processos de interação constrói no espaço de sala de aula um ensino vivo e real por possibilitar inúmeras manifestações de uso da linguagem. As práticas de leitura e escrita através de temáticas que são estabelecidas no contexto social configuram um contínuo processo e efetivação de aprendizagens, o que constrói um sujeito emancipado diante de questões sociais, por refletir, questionar e configurar um posicionamento coerente e real, seja por meio da discussão oral, seja por meio da discussão escrita, ambas dignificam ética e moralmente a Educação de Jovens e Adultos.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2011. p.261-306.

DOLZ, Joaquim; NOVERRAZ, Michele; SCHNEUWLY, Bernard. Sequências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento. . In: SCHNEUWLY, Bernard.; DOLZ, Joaquim. e colaboradores. **Gêneros orais e escritos na escola**. [Tradução e organização: Roxane Rojo e Gláís Sales Cordeiro]. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2004.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p.109-130.

KLEIN, Lígia Regina. **Alfabetização de Jovens e Adultos**: questões e propostas para a prática pedagógica na perspectiva histórica. Brasília: Universa, 2003.

KLEIMAN, A. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In: (Org.). **Os significados do letramento**: uma perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas: Mercado das Letras, 1995.

Anexo 1 - Redação nota 1.000 Enem 2017 - Maria Clara Campos – Rio de Janeiro.

A formação educacional de surdos representa um desafio para uma sociedade alienada e segregacionista como a brasileira. O desconhecimento da língua brasileira de sinais — LIBRAS — e a visão inferiorizante que se tem dos surdos podem acabar por excluí-los de processos educacionais e culturais e mantê-los marginalizados em relação ao mundo atual. Portanto, esses desafios devem ser superados de imediato para que uma sociedade integrada seja alcançada.

Em primeiro lugar, a pouca abrangência da língua de sinais entre os mais diversos setores da sociedade faz dela um ambiente inóspito para os deficientes auditivos. Pesquisas corroboradas por universidades brasileiras e estrangeiras, como a Unicamp e a Universidade de Harvard, atentam para a importância da linguagem como principal porta para a convivência social, permitindo uma multiplicidade de interações interpessoais, como as de educação, cultura, trabalho e lazer. Assim, quando a sociedade se fecha à comunicação por sinais, justificada pela ignorância, aqueles que dependem dessa linguagem têm dificuldades de obter educação de qualidade e ficam, muitas vezes, à margem das demais interações sociais.

Além disso, a maioria das escolas brasileiras não incluem os surdos, assim como os demais portadores de necessidades especiais, em seus programas, estimulando a diferença e o preconceito. Por mais que a legislação brasileira garanta o ensino inclusivo, a maioria das escolas brasileiras não possuem estrutura para atender aos deficientes auditivos, principalmente por conta da falta de profissionais qualificados. A pouca inclusão dos jovens deficientes e não-deficientes valoriza a diferença entre eles, gerando discriminação e uma sociedade dividida. O renomado geógrafo Milton Santos dizia que uma sociedade alienada é aquela que enxerga o que separa, mas não o que une seus membros, algo que se evidencia na exclusão de surdos em todos os níveis de ensino.

Dessarte, visando a uma sociedade mais justa, é mister superar os desafios da educação de deficientes auditivos. Para que o surdo se integre aos diversos meios sociais, como o educacional, o MEC deve fazer uma reforma curricular, que contemple o ensino de LIBRAS como obrigatório em todas as escolas, através de consultas populares na internet para determinação da carga horária. Ademais, com o intuito de tornar as escolas inclusivas, o MEC e o Ministério do Trabalho devem prover as escolas de profissionais capacitados, que possam lidar com alunos surdos através de

programas de capacitação profissional oferecidos pelo SESI e SENAC. Dessa forma, o ensino tornará a sociedade brasileira mais unida.

Anexo 2 –

NOME: DANIEL APARECIDO SERIE: 3º B ✓

HÁ MUITO TEMPO AS FAMÍLIAS CONSIDERADAS SÃO AQUELAS QUE ENVOLVEM UM HOMEM, UMA MULHER E UMA CRIANÇA A PARTIR DO MOMENTO EM QUE ESSA UNIÃO SEJA FEITA POR DOIS HOMENS OU DUAS MULHERES E UMA CRIANÇA AO VER DE OUTRAS PESSOAS NÃO SÃO CONSIDERADAS UMA FAMÍLIA. O CONCEITO DA FAMÍLIA TEM MUDADO MUITO ULTIMAMENTE, POIS HOJE EM DIA O QUE MAIS VEMOS E CASAS HOMOSSEXUAIS CONTRUINDO UMA FAMÍLIA E DANDO AMOR E CUIDADO PARA SEUS FILHOS. DE ACORDO COM OS DADOS 48,9% DAS FAMÍLIAS POSSUEM UNIÃO TRADICIONAIS, ENQUANTO O RESTANTE SE ENCAIXAR EM PADRÕES DIFERENTES. É POSSÍVEL COMPREENDER QUE AS NOVAS INSTITUIÇÕES FAMILIARES TAMBEM SÃO VÁLIDAS E QUE NÃO IMPORTA COMO ELA SEJA FORMADA, SEJA POR PAI E MÃES SOLTEIROS. PARA ISSO SÃO ESSENCIAIS CAMPANHA COM INCETIVO GOVERNAMENTAIS, ACOMPANHADOS DE PESQUISA QUE ENVOLVEM AS NOVAS FAMÍLIAS E COMPROVEM SUA EFICIÊNCIA E VALIDADE, AFINAL TODA FORMA DE AMOR FAMILIAR SEJA ELA COMO FOR É VÁLIDA.

COMO UMA POSSÍVEL SOLUÇÃO, CABE O GOVERNO AUMENTAR AS PENAS LIGADAS A DISCRIMINAÇÃO ESPECIFICAMENTE, DE GÊNERO UMA BOA SOLUÇÃO PARA AJUDAR A TRANSPOR ESSES CONCEITOS.

SOBRE AS ORGANIZADORAS

Glaucia Wesselovicz - Bacharel em Administração (UNIÃO), Especialista em Logística Empresarial (SANTANA) e Especialista em Gestão de Projetos (POSITIVO), Conselheira do COMAD – Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas, Representante do PROPCD – Programa de Inclusão da Pessoas com Deficiência, Representante no Grupo de Gestores do Meio Ambiente dos Campos Gerais, Articuladora de Projetos Estratégicos do SESI para o Conselho Paranaense de Cidadania Empresarial, Junior Achievement, ODS – Objetivo de Desenvolvimento Sustentável atuando a 6 anos com ações de desenvolvimento local.

Janaina Cazini - Bacharel em Administração (UEPG), Especialista em Planejamento Estratégico (IBPEX), Especialista em Educação Profissional e Tecnológica (CETIQT), Practitioner em Programação Neurolinguista (PENSARE) e Mestre em Engenharia da Produção (UTFPR) com estudo na Área de Qualidade de Vida no trabalho. Coordenadora do IEL – Instituto Evaldo Lodi dos Campos Gerais com Mais de 1000h em treinamentos in company nas Áreas de Liderança, Qualidade, Comunicação Assertiva e Diversidade, 5 anos de coordenação do PSAI – Programa Senai de Ações Inclusivas dos Campos Gerais, Consultora em Educação Executiva Sistema FIEP, Conselheira do CPCE – Conselho Paranaense de Cidadania Empresarial. Co-autora do Livro Boas Práticas de Inclusão – PSAI. Organizadora da Revista Educação e Inclusão da Editora Atena.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-362-0

